

SUMÁRIO

1

ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/03)29

1.1 Introdução29

1.2 Crimes em espécie30

1.2.1 Posse irregular de arma de fogo de uso permitido..... 30

1.2.1.1 Introdução 31

1.2.1.2 Sujeitos do crime..... 31

1.2.1.3 Estrutura do tipo penal 31

1.2.1.4 Consumação e tentativa 37

1.2.1.5 Conflito aparente de normas 37

1.2.1.6 Ação penal..... 38

1.2.2 Omissão de cautela 38

1.2.2.1 Introdução 38

1.2.2.2 Sujeitos do crime..... 38

1.2.2.3 Estrutura do tipo penal 39

1.2.2.4 Consumação e tentativa 41

1.2.2.5 Figura equiparada 41

1.2.2.6 Ação penal..... 42

1.2.3 Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido..... 42

1.2.3.1 Introdução 42

1.2.3.2 Sujeitos do crime..... 42

1.2.3.3 Estrutura do tipo penal 42

1.2.3.4 Consumação e tentativa 48

1.2.3.5 Causas de aumento de pena..... 49

1.2.3.6 Crime inafiançável?..... 49

1.2.3.7 Conflito aparente de normas 49

1.2.3.8 Ação penal..... 50

1.2.4 Disparo de arma de fogo..... 50

1.2.4.1 Introdução 50

1.2.4.2 Sujeitos do crime..... 50

1.2.4.3	Estrutura do tipo penal	50
1.2.4.4	Consumação e tentativa	55
1.2.4.5	Causas de aumento de pena.....	55
1.2.4.6	Crime inafiançável?.....	55
1.2.4.7	Conflito aparente de normas	56
1.2.4.8	Ação penal.....	56
1.2.5	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	56
1.2.5.1	Introdução	57
1.2.5.2	Sujeitos do crime.....	57
1.2.5.3	Estrutura do tipo penal	57
1.2.5.4	Consumação e tentativa	64
1.2.5.5	Figuras equiparadas	64
1.2.5.6	Figura qualificada.....	72
1.2.5.7	Causas de aumento de pena.....	72
1.2.5.8	Crime hediondo?.....	72
1.2.5.9	Conflito aparente de normas	74
1.2.5.10	Ação penal.....	74
1.2.6	Comércio ilegal de arma de fogo.....	75
1.2.6.1	Introdução	75
1.2.6.2	Sujeitos do crime.....	75
1.2.6.3	Estrutura do tipo penal	75
1.2.6.4	Consumação e tentativa	78
1.2.6.5	Figura equiparada	78
1.2.6.6	Causa de aumento de pena	82
1.2.6.7	Conflito aparente de normas	82
1.2.6.8	Ação penal.....	83
1.2.7	Tráfico internacional de arma de fogo.....	83
1.2.7.1	Introdução	83
1.2.7.2	Sujeitos do crime.....	83
1.2.7.3	Estrutura do tipo penal	84
1.2.7.4	Consumação e tentativa	86
1.2.7.5	Figura equiparada	87
1.2.7.6	Causa de aumento de pena	87
1.2.7.7	Conflito aparente de normas	87
1.2.7.8	Ação penal.....	88
1.3	Causas de aumento de pena	88
1.4	Liberdade provisória	88
1.5	Destinação das armas de fogo apreendidas	89

2

LEI ANTITERRORISMO (LEI 13.260/16)91

2.1 Introdução91

2.2 Dos crimes em espécie.....93

2.2.1 Atos de terrorismo..... 93

2.2.1.1 Introdução 94

2.2.1.2 Sujeitos do crime..... 94

2.2.1.3 Estrutura do tipo penal 95

2.2.1.4 Consumação e tentativa 99

2.2.1.5 Causa excludente da tipicidade 100

2.2.1.6 Concurso obrigatório 101

2.2.1.7 Conflito aparente de normas 101

2.2.1.8 Ação penal..... 102

2.2.2 Organização terrorista 102

2.2.2.1 Introdução 102

2.2.2.2 Sujeitos do crime..... 103

2.2.2.3 Estrutura do tipo penal 103

2.2.2.4 Fundamentação tradicional x fundamentação funcionalista sistêmica..... 107

2.2.2.5 Consumação e tentativa 107

2.2.2.6 Conflito aparente de normas 108

2.2.2.7 Ação penal..... 108

2.2.3 Apologia ao terrorismo 108

2.2.4 Atos preparatórios de terrorismo 109

2.2.4.1 Introdução 109

2.2.4.2 Sujeitos do crime..... 110

2.2.4.3 Estrutura do tipo penal 110

2.2.4.4 Figuras equiparadas 114

2.2.4.5 Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei de Terrorismo 116

2.2.4.6 Consumação e tentativa 117

2.2.4.7 Pena..... 117

2.2.4.8 Conflito aparente de normas 119

2.2.4.9 Ação penal..... 119

2.2.5 Financiamento do terrorismo 120

2.2.5.1 Introdução 120

2.2.5.2 Sujeitos do crime..... 121

2.2.5.3 Estrutura do tipo penal 121

2.2.5.4 Figura equiparada 124

2.2.5.5 Consumação e tentativa 125

2.2.5.6	Conflito aparente de normas	125
2.2.5.7	Ação penal.....	125
2.3	Causas de aumento de pena	126
2.4	Competência e ação penal	126
2.5	Medidas assecuratórias	127
2.6	Vedações	131

3

LEI DE DROGAS (LEI 11.343/06)		133
3.1	Introdução	133
3.2	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD	135
3.3	Drogas ou substância entorpecente?	137
3.4	<i>Abolitio criminis</i>	138
3.5	Crimes em espécie	139
3.5.1	Posse e cultivo de drogas para consumo pessoal.....	139
3.5.1.1	Introdução	140
3.5.1.2	Tema 506 de Repercussão Geral – STF	141
3.5.1.3	Sujeitos do crime.....	152
3.5.1.4	Estrutura do tipo penal	153
3.5.1.5	Consumação e tentativa	157
3.5.1.6	Penas	158
3.5.1.7	Reincidência	159
3.5.1.8	Recusa no cumprimento	161
3.5.1.9	Prescrição	162
3.5.1.10	Confisco	162
3.5.1.11	Conflito aparente de normas	162
3.5.1.12	Ação penal.....	163
3.5.2	Tráfico de drogas	164
3.5.2.1	Introdução	165
3.5.2.2	Sujeitos do crime.....	165
3.5.2.3	Estrutura do tipo penal	166
3.5.2.4	Consumação e tentativa	173
3.5.2.5	Figuras equiparadas	173
3.5.2.5.1	Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas.....	174
3.5.2.5.2	Semeadura, cultivo ou colheita de plantas matéria-prima para preparação de drogas.....	178
3.5.2.5.3	Uso de local para tráfico de drogas.....	180

3.5.2.5.4	Venda ou entrega de drogas ou insumos a policial disfarçado	182
3.5.2.6	Tráfico privilegiado	185
3.5.2.6.1	Introdução	185
3.5.2.6.2	Requisitos	186
3.5.2.6.3	Patamar de redução	194
3.5.2.6.4	Fixação da pena	197
3.5.2.7	Conflito aparente de normas	198
3.5.2.8	Ação penal	199
3.5.3	Instigação, induzimento ou auxílio ao uso de drogas	199
3.5.3.1	Introdução	199
3.5.3.2	Sujeitos do crime	200
3.5.3.3	Estrutura do tipo penal	200
3.5.3.4	Consumação e tentativa	202
3.5.3.5	Conflito aparente de normas	203
3.5.3.6	Ação penal	203
3.5.4	Oferecimento de droga para consumo conjunto	203
3.5.4.1	Introdução	203
3.5.4.2	Sujeitos do crime	204
3.5.4.3	Estrutura do tipo penal	204
3.5.4.4	Consumação e tentativa	208
3.5.4.5	Conflito aparente de normas	208
3.5.4.6	Ação penal	208
3.5.5	Instrumentos e objetos para produção de drogas	209
3.5.5.1	Introdução	209
3.5.5.2	Sujeitos do crime	209
3.5.5.3	Estrutura do tipo penal	209
3.5.5.4	Consumação e tentativa	213
3.5.5.5	Conflito aparente de normas	214
3.5.5.6	Ação penal	214
3.5.6	Associação para o tráfico	215
3.5.6.1	Introdução	215
3.5.6.2	Sujeitos do crime	216
3.5.6.3	Estrutura do tipo penal	216
3.5.6.4	Fundamentação tradicional x fundamentação funcionalista sistêmica	219
3.5.6.5	Diferença entre associação criminosa e concurso de pessoas	223
3.5.6.6	Continuidade delitiva ou associação criminosa?	223
3.5.6.7	Consumação e tentativa	224

3.5.6.8	Figura equiparada	225
3.5.6.9	Participação em mais de uma entidade associativa criminosa.....	226
3.5.6.10	Conflito aparente de normas	230
3.5.6.11	Ação penal.....	231
3.5.7	Financiamento ou custeio do tráfico.....	231
3.5.7.1	Introdução	231
3.5.7.2	Sujeitos do crime.....	232
3.5.7.3	Estrutura do tipo penal	232
3.5.7.4	Consumação e tentativa	236
3.5.7.5	Conflito aparente de normas	240
3.5.7.6	Ação penal.....	241
3.5.8	Colaboração ao tráfico	241
3.5.8.1	Introdução	241
3.5.8.2	Sujeitos do crime.....	242
3.5.8.3	Estrutura do tipo penal	242
3.5.8.4	Consumação e tentativa	248
3.5.8.5	Conflito aparente de normas	248
3.5.8.6	Ação penal.....	248
3.5.9	Prescrição culposa de drogas	249
3.5.9.1	Introdução	249
3.5.9.2	Sujeitos do crime.....	249
3.5.9.3	Estrutura do tipo penal	249
3.5.9.4	Consumação e tentativa	255
3.5.9.5	Conflito aparente de normas	255
3.5.9.6	Ação penal.....	255
3.5.10	Condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas.....	256
3.5.10.1	Introdução	256
3.5.10.2	Sujeitos do crime.....	256
3.5.10.3	Estrutura do tipo penal	256
3.5.10.4	Consumação e tentativa	259
3.5.10.5	Figura qualificada.....	259
3.5.10.6	Conflito aparente de normas	260
3.5.10.7	Ação penal.....	260
3.5.10.8	Penas	260
3.6	Causas de aumento de pena	261
3.6.1	Introdução	262
3.6.2	Causas de aumento em espécie.....	262

3.6.2.1	Transnacionalidade	262
3.6.2.2	Prevalência de função pública ou desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.....	265
3.6.2.3	Prática nas dependências ou imediações de locais específicos	266
3.6.2.4	Prática com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.....	268
3.6.2.5	Interestadualidade.....	269
3.6.2.6	Prática envolvendo ou visando atingir criança, adolescente ou pessoa com diminuída ou suprimida capacidade de entendimento e determinação	271
3.6.2.7	Financiamento ou custeio	272
3.7	Dosimetria da pena	274
3.8	Pena de multa	281
3.9	Benefícios vedados.....	283
3.10	Inimputabilidade	287
3.10.1	Crítérios ou sistemas para aferição da inimputabilidade	288
3.10.2	Capacidade diminuída	289
3.11	Procedimento	291
3.11.1	Introdução	291
3.11.2	Especificidades do procedimento para o consumo pessoal de drogas.....	291
3.11.3	Da investigação	293
3.11.3.1	Da prisão em flagrante	293
3.11.3.1.1	Laudo de constatação	295
3.11.3.1.2	Audiência de custódia	296
3.11.4	Inquérito policial	304
3.11.4.1	Provas	306
3.11.4.1.1	Colaboração/Delação premiada.....	307
3.11.4.1.2	Infiltração de agentes	308
3.11.4.1.3	Ação controlada	323
3.11.5	Rito	325
3.11.5.1	Atuação do Ministério Público	325
3.11.5.1.1	Arquivamento	326
3.11.5.1.2	Diligências	327
3.11.5.1.3	Denúncia	328
3.11.5.2	Defesa prévia.....	329

3.11.5.3	Recebimento da denúncia e aplicação de medida cautelar de natureza pessoal	332
3.11.5.4	Audiência de instrução e julgamento	336
3.11.5.5	Síntese gráfica do procedimento	338
3.11.5.6	Recolhimento à prisão para apelar	339
3.12	Apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	340
3.12.1	Introdução	340
3.12.2	Apreensão	341
3.12.3	Objeto da diligência	341
3.12.4	Medidas assecuratórias	343
3.12.4.1	Sequestro	346
3.12.4.1.1	Requisitos	346
3.12.4.1.2	Legitimidade	349
3.12.4.1.3	Procedimento – Sequestro de bens imóveis	350
3.12.4.1.4	Procedimento	351
3.12.4.2	Hipoteca legal	352
3.12.4.2.1	Aplicação à Lei de Drogas	354
3.12.4.2.2	Requisitos	356
3.12.4.2.3	Legitimidade	356
3.12.4.2.4	Procedimento	357
3.12.4.2.5	Finalização	358
3.12.4.3	Arresto prévio ou preventivo	359
3.12.4.4	Arresto	359
3.12.4.4.1	Requisitos	360
3.12.4.4.2	Legitimidade	360
3.12.4.4.3	Procedimento	360
3.12.4.4.4	Peculiaridades do arresto	361
3.12.4.5	Defesa	363
3.12.5	Ação controlada na apreensão e sequestro	366
3.12.6	Medidas assecuratórias sobre bens específicos – tratamento legal	366
3.12.6.1	Utilização dos instrumentos, produto e proveito do tráfico	370
3.13	Destinação das drogas e bens apreendidos	372
3.13.1	Destrução de plantações ilícitas e drogas apreendidas	372
3.13.2	Perdimento e confisco	374
3.13.2.1	Confisco alargado	378
3.14	Cooperação internacional	380

4

LEI DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

(LEI 9.296/96)	383
4.1 Introdução	383
4.2 Conceitos	385
4.3 Objeto e limites da Lei de Interceptações Telefônicas	387
4.4 Lei 9.296/96 – Interceptação telefônica – aspectos materiais e processuais	389
4.4.1 Contraditório nas interceptações telefônicas	390
4.4.2 Requisitos	391
4.4.2.1 O encontro fortuito de provas nas interceptações telefônicas	397
4.4.3 Procedimento	400
4.4.4 Execução	404
4.5 Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	407
4.5.1 Captação ambiental	408
4.5.1.1 Quando há necessidade de autorização judicial?	410
4.5.1.2 Requisitos e procedimento	413
4.5.1.3 A prova obtida por aplicativos de mensagens - WhatsApp	417
4.6 Dos crimes em espécie	424
4.6.1 Interceptação ilegal de comunicação	424
4.6.1.1 Introdução	425
4.6.1.2 Sujeitos do crime	425
4.6.1.3 Estrutura do tipo penal	425
4.6.1.4 Figura equiparada	429
4.6.1.5 Consumação e tentativa	429
4.6.1.6 Conflito aparente de normas	429
4.6.1.7 Ação penal	429
4.6.2 Captação ambiental ilegal	430
4.6.2.1 Introdução	430
4.6.2.2 Sujeitos do crime	430
4.6.2.3 Estrutura do tipo penal	430
4.6.2.4 Forma qualificada	433
4.6.2.5 Consumação e tentativa	434
4.6.2.6 Conflito aparente de normas	434
4.6.2.7 Ação penal	434

5

LEI DE LAVAGEM DE CAPITAIS (LEI 9.613/98)	435
5.1 Introdução	435
5.2 Fases da lavagem de capitais	436
5.3 Autolavagem x heterolavagem	437
5.4 Infração penal antecedente – crime parasitário	439
5.4.1 Lavagem em cadeia – lavagem da lavagem	441
5.5 Bem jurídico tutelado	442
5.6 Do Crime de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	443
5.6.1 Introdução	444
5.6.2 Sujeitos do crime	444
5.6.2.1 Advogado como sujeito ativo da lavagem – obrigação ou inconstitucionalidade?	444
5.6.3 Estrutura do tipo penal	447
5.6.4 O problema do dolo – teoria da cegueira deliberada	450
5.6.5 Figuras equiparadas	453
5.6.6 Consumação e tentativa	455
5.6.7 Causas de aumento de pena	456
5.6.8 Conflito aparente de normas	459
5.6.9 Ação penal	460
5.7 Colaboração premiada	460
5.8 Infiltração de agentes e ação controlada	461
5.9 Aspectos processuais	461
5.9.1 Rito processual	461
5.9.2 Autonomia processual	461
5.9.3 Competência	463
5.9.4 Suspensão do processo e do curso do prazo prescricional	464
5.9.5 Denúncia	465
5.10 Medidas assecuratórias	466
5.10.1 Alienação antecipada	468
5.10.2 Liberação total ou parcial dos bens	470
5.10.3 Afastamento de servidor por indiciamento	471
5.11 Efeitos da condenação	471
5.12 Ação controlada – suspensão das medidas cautelares pessoais ou patrimoniais	472
5.13 Acesso a dados cadastrais	473

6

LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI 12.850/13)	475
6.1 Introdução	475
6.2 Histórico legal e conceitual	475
6.3 Âmbito de incidência normativa	477
6.4 Do crime de organização criminosa	478
6.4.1 Introdução	478
6.4.2 Premissa conceitual – organização criminosa	478
6.4.3 Fundamentação tradicional x fundamentação funcionalista sistêmica	480
6.4.4 Sujeitos do crime	484
6.4.5 Estrutura do tipo penal	484
6.4.6 Figura equiparada	488
6.4.7 Causas de aumento de pena	489
6.4.8 Consumação e tentativa	494
6.4.9 Organização criminosa e delitos agravados pelo concurso de pessoas	496
6.4.10 Funcionário público como integrantes de organizações criminosas	496
6.4.11 Cumprimento de pena	498
6.4.12 Ação penal	499
6.4.13 Conflito aparente de normas	499
6.5 Da investigação e dos meios de obtenção da prova	500
6.5.1 Colaboração premiada (inciso I)	502
6.5.1.1 Introdução	502
6.5.1.2 Natureza jurídica	502
6.5.1.3 Colaboração premiada ou delação premiada?	503
6.5.1.4 Reserva de jurisdição	504
6.5.1.5 Previsão legal	504
6.5.1.6 Pressupostos	504
6.5.1.6.1 Voluntariedade/Livre expressão do conhecimento	504
6.5.1.6.2 Resultados	506
6.5.1.7 Legitimados para oferecimento do acordo	511
6.5.1.8 Benefícios e vinculação do magistrado	513
6.5.1.9 Suspensão do prazo para oferecimento da denúncia e prescrição	523
6.5.1.10 Valor probatório da colaboração premiada	524
6.5.1.11 Corroboração mútua ou cruzada	527

6.5.1.12	O acordo de colaboração premiada – negociação, proposta e homologação	528
6.5.1.13	Proposta e negociações.....	530
6.5.1.13.1	Ampla defesa – renúncia ao direito ao silêncio	533
6.5.1.13.2	Controle e homologação	534
6.5.1.13.3	Retratação e rescisão.....	540
6.5.1.13.4	Anulação e contraditório	541
6.5.1.13.5	Sentença.....	544
6.5.2	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos (inciso II)	544
6.5.3	Ação controlada (inciso III)	544
6.5.3.1	Ação controlada na Lei de Organizações Criminosas.....	545
6.5.3.2	Quadro comparativo com as demais espécies.....	546
6.5.4	Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais (inciso IV)	547
6.5.5	Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica (inciso V).....	549
6.5.6	Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica (inciso VI).....	549
6.5.7	Infiltração de agentes (inciso VII)	553
6.5.7.1	O agente infiltrado	553
6.5.7.2	Direitos do agente infiltrado.....	554
6.5.7.2.1	Prerrogativas e limites do agente infiltrado – <i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha	555
6.5.7.3	Requisitos para a infiltração de agentes	557
6.5.7.4	Procedimento	560
6.5.7.5	Prazo da infiltração	564
6.5.7.6	Responsabilidade penal do agente infiltrado.....	564
6.5.7.7	Infiltração virtual de agentes	568
6.5.8	Cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal (inciso VIII)	571
6.6	Dos Crimes Ocorridos na Investigação e na Obtenção da Prova	572
6.6.1	Revelação ilegal de identidade do colaborador	572
6.6.1.1	Introdução	572
6.6.1.2	Sujeitos do crime.....	572
6.6.1.3	Estrutura do tipo penal	573
6.6.1.4	Consumação e tentativa	575
6.6.1.5	Conflito aparente de normas	575

6.6.1.6	Ação penal.....	575
6.6.2	Imputação ou revelação falsa em colaboração com a Justiça.....	576
6.6.2.1	Introdução	576
6.6.2.2	Sujeitos do crime.....	576
6.6.2.3	Estrutura do tipo penal	576
6.6.2.4	Consumação e tentativa	579
6.6.2.5	Conflito aparente de normas	579
6.6.2.6	Ação penal.....	579
6.6.3	Descumprimento determinação de sigilo.....	579
6.6.3.1	Introdução	580
6.6.3.2	Sujeitos do crime.....	580
6.6.3.3	Estrutura do tipo penal	580
6.6.3.4	Consumação e tentativa	583
6.6.3.5	Conflito aparente de normas	583
6.6.3.6	Ação penal.....	583
6.6.4	Sonegação de informações requisitadas	584
6.6.4.1	Introdução	584
6.6.4.2	Sujeitos do crime.....	584
6.6.4.3	Estrutura do tipo penal	585
6.6.4.4	Figura equiparada	588
6.6.4.5	Consumação e tentativa	588
6.6.4.6	Conflito aparente de normas	589
6.6.4.7	Ação penal.....	589
6.7	Rito processual	589
6.8	Sigilo da investigação	590

7

LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/90)	591
7.1 Introdução	591
7.2 Sistemas para definição da hediondez	592
7.3 Fundamento constitucional	594
7.4 Crimes hediondos x crimes equiparados a hediondos	595
7.5 Rol de crimes hediondos	595
7.5.1 Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio.....	596
7.5.2 Homicídio qualificado	597
7.5.3 Lesão corporal gravíssima funcional e lesão corporal seguida de morte funcional	598
7.5.4 Femicídio.....	600
7.5.5 Roubo circunstanciado	600

7.5.6	Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte	601
7.5.7	Extorsão mediante sequestro e forma qualificada.....	602
7.5.8	Estupro e estupro de vulnerável.....	604
7.5.9	Epidemia com resultado morte.....	604
7.5.10	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	605
7.5.11	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	607
7.5.12	Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	607
7.5.13	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (art. 122, caput e § 4º)	608
7.5.14	Sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (art. 148, § 1º, inciso IV)	609
7.5.15	Tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente (art. 149-A, caput, incisos I a V, e § 1º, inciso II)	609
7.5.16	Genocídio	610
7.5.17	Crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido	611
7.5.18	Crime de comércio ilegal de armas de fogo	613
7.5.19	Crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição	613
7.5.20	Crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado	613
7.5.21	Crimes militares que apresentem identidade com os previstos no art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos	614
7.5.22	Crimes de pornografia infanto-juvenil previstos no § 1º do art. 240 e no art. 241-B do ECA.....	615
7.6	Crimes equiparados a hediondos	616
7.6.1	Tortura	616
7.6.2	Tráfico ilícito de drogas.....	618
7.6.3	Terrorismo	621
7.7	Vedação à anistia, graça e indulto	621
7.7.1	Anistia	622
7.7.2	Graça	623
7.7.3	Indulto	623
7.8	Institutos despenalizantes	626
7.9	Vedação à fiança	627
7.10	Penas restritivas de direitos	629

7.11 Prisão temporária	630
7.12 Direito de apelar em liberdade	631
7.13 Regime inicial fechado	632
7.14 Progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados	632
7.15 Particularidades na execução penal	635
7.15.1 Estabelecimentos penais	635
7.15.2 Exame criminológico	635
7.15.3 Separação de presos provisórios e condenados	636
7.15.4 Saída temporária	636
7.15.5 Livramento condicional	637
7.16 Alterações no Código Penal e Legislação Especial	638
7.16.1 Associação criminosa qualificada	639
7.17 Prioridade de tramitação	639
7.18 Síntese gráfica	640

8

LEI DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA (LEI 12.830/13)	643
--	-----

9

PRISÃO TEMPORÁRIA (LEI 7.960/89)	651
9.1 Conceito	651
9.2 Requisitos	651
9.2.1 Imprescindibilidade para as investigações	653
9.2.2 Agente sem residência fixa ou não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade	653
9.2.3 Estar a infração penal contemplada no rol taxativo do inciso III do art. 1º da Lei 7.960/89	654
9.2.4 Contemporaneidade	660
9.2.5 Necessidade e adequação	660
9.2.6 Subsidiariedade da medida – caráter de <i>ultima ratio</i>	661
9.3 Procedimento e prazo	661

10

LEI DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS (LEI 9.807/99)	663
10.1 Introdução	663
10.2 Da proteção especial as vítimas e as testemunhas	663
10.2.1 Parâmetros e requisitos para ingresso no programa	664
10.2.2 Exclusão do programa e tempo de duração	668
10.2.3 Regulamentação	668
10.3 Da proteção aos réus colaboradores	669
10.4 Prioridade de tramitação	672

11

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS (RESOLUÇÃO CNMP 243/21)	673
11.1 Âmbito de incidência normativo	674
11.2 Direitos tutelados	676
11.3 Justiça restaurativa e atuação ministerial	678

12

PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (PIC) – RESOLUÇÃO CNMP 181/17	681
12.1 Introdução	681
12.2 Definição e finalidade	681
12.3 Formalização	684
12.4 Das investigações conjuntas	685
12.5 Instrução	685
12.6 Persecução patrimonial	690
12.7 Publicidade	691
12.8 Dos direitos das vítimas	693
12.9 Acordo de não persecução penal	694
12.9.1 Introdução	694
12.9.2 Natureza jurídica	694
12.9.3 Requisitos, condições e vedações	698
12.9.3.1 Requisitos	698
12.9.3.2 Condições positivas	701
12.9.3.3 Condições negativas (vedações)	705

12.9.3.4 Outras condições possíveis	709
12.9.4 Normas regentes e controle	710
12.9.5 Execução e rescisão do ANPP e extinção da punibilidade	717
12.9.6 Efeitos do ANPP	722
12.9.7 Valor probatório da confissão na ação penal decorrente de ANPP rescindido	723
12.9.8 Momento e oportunidade de propositura do ANPP	726
12.9.9 Direitos das vítimas a serem observados no ANPP	729
12.10 Arquivamento	730
12.10.1 Quadro-resumo	734

13

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	735
---	------------